



*Para: Anexo 3
Proposta do P.C.
dentro que
vã para a A.M.
Z*

ORDEM DE EXECUÇÃO

-----Aos serviços de(o) **Gabinete de Apoio ao Vereador** para proceder conforme a deliberação:-----

-----**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS** – Foi presente, pelo

Senhor Presidente uma proposta, datada de 8 de novembro de 2017, a solicitar que a Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal que delegue no Presidente da Câmara a competência de autorização prévia, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), para assunção de compromissos plurianuais de montante inferior ao referido na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação (€ 99.759,58), cuja autorização não tenha sido dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da LCPA.-----

----- A Câmara Municipal atento o exposto deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Jorge Bacelar e os votos favoráveis dos restantes eleitos locais, solicitar à Assembleia Municipal que delegue no Presidente da Câmara a competência para autorizar compromissos plurianuais até ao valor de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos).-----

-----Que consta da **Ata n.º 24 da reunião de 16 de novembro de 2017**, conforme se certifica.-----

-----Está conforme.-----

-----CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA, 17-11-2017.-----

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira


(Dr. Carlos Manuel Ferreira Afonso)



CÓPIA DE PARTE DA ATA

-----CARLOS MANUEL FERREIRA AFONSO, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA:-----

-----CERTIFICA, para os devidos efeitos, que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal da Murtosa de dezasseis de novembro de dois mil e dezassete, consta a seguinte deliberação:-----

-----DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Foi presente, pelo Senhor Presidente uma proposta, datada de 8 de novembro de 2017, a solicitar que a Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal que delegue no Presidente da Câmara a competência de autorização prévia, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), para assunção de compromissos plurianuais de montante inferior ao referido na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação (€ 99.759,58), cuja autorização não tenha sido dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da LCPA.-----

----- A Câmara Municipal atento o exposto deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Jorge Bacelar e os votos favoráveis dos restantes eleitos locais, solicitar à Assembleia Municipal que delegue no Presidente da Câmara a competência para autorizar compromissos plurianuais até ao valor de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos).-----

-----Por ser verdade passa a presente certidão que assina e autentica com selo branco em uso nesta Câmara Municipal.-----

-----CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA 17 de novembro de 2017.-----

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira


(Dr. Carlos Manuel Ferreira Afonso)

Rose



MUNICÍPIO DA MURTOSA

**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA
AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ AO VALOR DE € 99.759,58**

Considerando que a Lei n.º 22/2015, de 17 de março, alterou a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), doravante designada por LCPA, passando a permitir a delegação de competências no presidente da Câmara para autorização de compromissos plurianuais até ao valor de € 99.759,58 (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), **proponho que a Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal que delegue no Presidente da Câmara a competência de autorização prévia, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, para assunção de compromissos plurianuais de montante inferior ao referido na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação (€99.759,58), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos, cuja autorização não tenha sido dada com a aprovação das Grandes Opções do Plano, nos termos do n.º 3 ao artigo 6.º da LCPA.**

Paços do Município da Murtosa, 08 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara,

Joaquim Baptista

Incluído na
Ordem do dia
Reunião 16/11/2017
1052